

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2022

Aos

Cotistas do **CORE METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**

Ref.: Procedimento de Consulta Formal para deliberação dos Cotistas – Assembleia Geral Extraordinária.

Prezados Cotistas,

A **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ”) sob o nº 59.281.253/0001-23, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, de acordo com o Ato Declaratório nº 8.695, de 20 de março de 2006, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Administradora”), na qualidade de instituição administradora do **CORE METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, inscrito no CNPJ sob o nº 38.293.921/0001-62 (“Fundo”) vem, por meio da presente, convocar V.Sa. para participar da **Assembleia Geral Extraordinária do Fundo, a ser realizada de forma não presencial, por meio de consulta formal (“Consulta Formal”)**, nos termos do Art. 21 da Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (“Instrução CVM 472”), a qual tem por objeto:

Conforme fato relevante divulgado em 05/05/2022, a **CORE Real Estate Gestão de Investimentos Ltda.**, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, 2450, conj. 902, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.906.129/0001-00 (“Atual Gestora”), teve seu controle societário adquirido pela **ASA Asset 2 Gestão de Recursos Ltda.**, com sede na Alameda Santos, nº 2.159, Conjunto 52, Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.807.960/0001-96 (“Nova Gestora”).

Considerando o futuro evento societário, no qual a Atual Gestora será incorporada pela Nova Gestora, a Administradora informa que caso ocorra esse evento procederá com a **futura substituição da Atual Gestora pela Nova Gestora** tão logo a incorporação societária seja efetivamente realizada, devendo a Administradora comunicar os cotistas e o mercado e proceder com uma alteração no Regulamento por instrumento particular, a fim de refletir a alteração do prestador de serviço de gestão nos termos aqui aprovados, sem necessidade de

nova Consulta Formal. A comunicação divulgada aos cotistas e ao mercado informará a data da efetiva substituição da Atual Gestora pela Nova Gestora.

- 1) Em atenção ao item acima, alterar a denominação do Fundo para **ASA METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.

Neste sentido, o artigo 1º do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações, passará a constar como:

*“Art. 1º - O **ASA METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, designado neste regulamento como “**FUNDO**”, é um fundo de investimento imobiliário (“**FII**”) constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, regido pelo presente regulamento, a seguir referido como “**Regulamento**”, pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, conforme alterada (“**Lei nº 8.668/93**”), pela Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (“**Instrução CVM 472**”) e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.”*

- 2) Alteração do § 2º, art. 16, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

*“§ 2º - A integralização de cotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de chamadas de capital realizadas pela **ADMINISTRADORA**, por orientação da Gestora. As chamadas de capital deverão ocorrer por meio do envio de notificação, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data do respectivo aporte, por meio de carta ou correio eletrônico dirigido para os subscritores, conforme as informações constantes no boletim de subscrição e no compromisso de investimento. No ato da integralização das Cotas subscritas, o investidor receberá comprovante de pagamento referente às Cotas subscritas, que será devidamente autenticado pela **ADMINISTRADORA** ou pela instituição custodiante e deverá conter o valor transferido ao **FUNDO** e a quantidade de Cotas subscritas efetivamente integralizadas pelo investidor em questão. A integralização de cotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de débito em conta corrente, de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.”*

- 3) Alteração do § 3º do artigo 21, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

“§ 3º - A contratação de partes ligadas à ADMINISTRADORA, à Gestora e ao consultor especializado para o exercício das seguintes funções deve ser submetida à aprovação prévia da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM 472: (i) consultoria especializada; (ii) formador de mercado para as cotas do fundo; e (iii) empresa especializada para administrar as locações ou arrendamentos de empreendimentos integrantes da carteira do FUNDO, a exploração do direito de superfície, monitorar e acompanhar projetos e a comercialização dos respectivos imóveis e consolidar dados econômicos e financeiros selecionados das companhias investidas para fins de monitoramento, conforme o caso.”

- 4) Alteração do inciso XIII, art. 24, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

“XIII. realizar operações com derivativos, com exceção da hipótese prevista no § 4º do artigo 4º deste Regulamento; e”

- 5) Alteração do artigo 28 do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações, passará a ter a seguinte redação:

*“**Art. 28** - A Gestora exercerá o direito de voto decorrente dos ativos integrantes do patrimônio do **FUNDO**, na qualidade de representante deste, observado o § 1º do artigo 23 deste Regulamento, norteado pela lealdade em relação aos interesses dos Cotistas e do **FUNDO**, empregando, na defesa dos direitos dos Cotistas, todo o cuidado e a diligência exigidos pelas circunstâncias conforme sua política de voto.”*

- 6) Ajustes formais nos artigos 32 e 66, os quais passarão a vigorar, com as devidas correções, nos termos da nova versão do Regulamento disponibilizada aos cotistas.

- 7) A autorização para que o Fundo adquira/resgate cotas de fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora ou pela Nova Gestora, assim como por sociedades do grupo econômico da Administradora ou da Nova Gestora, exclusivamente para fins de gestão de caixa e liquidez do Fundo, situação essa que caracteriza potencial conflito de interesses, nos termos do Art. 18, inciso XII, e do Art. 34, ambos da Instrução CVM 472, observadas as demais disposições do regulamento do Fundo e da regulamentação aplicável.

- 8) Aquisição/venda de ativos financeiros e valores mobiliários que tenham como contraparte veículos de investimento administrados pela Administradora e/ou geridos pela Nova Gestora, assim como por sociedades do grupo econômico da Administradora ou da Nova Gestora.
- 9) Aquisição/vendas de cotas de FII administrados pela Administradora e/ou geridos pela Nova Gestora, desde que atendam os critérios especificados abaixo:

O Fundo não poderá deter mais do que 95% (noventa e cinco por cento) do patrimônio líquido investido em FII conflitados, considerando, ainda, o limite máximo por emissor de 95% (noventa e cinco por cento) para cada FII conflitado a ser eventualmente investido, o qual ficará sobre controle da Nova Gestora.

A matéria objeto de deliberação acima apenas será aprovada pelo voto favorável de Cotistas representativos de, ao menos, 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas do Fundo, nos termos do art. 20, § 1º, I, da instrução normativa CVM nº 472. Assim sendo, solicitamos a manifestação de V.Sa., na forma do presente questionário, até 29 de julho de 2022.

Destacamos que os Cotistas que não possuem endereço de e-mail cadastrado junto aos custodiantes de suas Cotas deverão encaminhar sua manifestação de voto para o e-mail OL-voto-eletronico-psf@btgpactual.com, ou, ainda, através do envio de carta à Administradora, aos cuidados da área de “Eventos Fundos” no endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima 3.477, 14º andar, CEP 04538-133, São Paulo – SP.

A carta resposta deverá ser assinada pelo Cotista e enviada à Administradora, do seguinte modo: (a) para Cotistas Pessoas Físicas: (i) com reconhecimento de firma; ou (ii) em conjunto com a cópia de um documento de identificação, tal qual, RG, RNE ou CNH; (b) para Cotistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (e.g. ata de eleição dos diretores e procuração ata de eleição dos diretores e/ou procuração com firma reconhecida); (c) para Cotistas Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária do administrador ou gestor outorgando poderes de representação (e.g. ata de eleição dos diretores e/ou e procuração com firma reconhecida).

Ressaltamos que, nos termos do Art. 22, da Instrução CVM 472, somente podem votar os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data de publicação da Consulta Formal Edital de Convocação, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Solicitamos aos Cotistas que não receberam a presente Consulta Formal através de correio eletrônico que atualizem suas informações cadastrais junto ao respectivo custodiante de suas Cotas.

A Administradora optou pela realização desta Assembleia Geral Extraordinária de forma não presencial em decorrência dos recentes desdobramentos da expansão do coronavírus (Covid-19), com o objetivo de proteger os cotistas, seus colaboradores e a sociedade em geral

Os documentos referentes ao Fundo, podem ser acessados através do site da administradora no endereço: <https://www.btgpactual.com/assetmanagement/administracao-fiduciaria>.

Ao acessar o site supracitado o Fundo pode ser pesquisado no campo de pesquisa de Fundos, pelo número de CNPJ.

Incentivamos V.Sa. a entrar em contato com a Administradora, por meio do e-mail RI.FundosListados@btgpactual.com, para eventuais esclarecimentos adicionais.

O resultado desta Consulta Formal será apurado e divulgado até o dia 5 de agosto de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários

Atenciosamente,

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de Administradora do **CORE METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**

Ref.: Resposta à Consulta Formal enviada em 14 de julho de 2022

Em resposta à Consulta Formal enviada em 14 de julho de 2022 aos Cotistas do **CORE METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, inscrito no CNPJ sob o nº 38.293.921/0001-62 (“Fundo”), manifesto abaixo meu voto em relação às matérias deliberadas, nos termos abaixo:

- 1) Alteração da denominação do Fundo para **ASA METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**.

Neste sentido, o artigo 1º do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações, passará a constar como:

*“Art. 1º - O **ASA METROPOLIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, designado neste regulamento como “**FUNDO**”, é um fundo de investimento imobiliário (“**FI**”) constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, regido pelo presente regulamento, a seguir referido como “**Regulamento**”, pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, conforme alterada (“**Lei nº 8.668/93**”), pela Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada (“**Instrução CVM 472**”) e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.”*

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 2) Alteração do § 2º, art. 16, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

*“§ 2º - A integralização de cotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de chamadas de capital realizadas pela **ADMINISTRADORA**, por orientação da Gestora. As chamadas de capital deverão ocorrer por meio do envio de notificação, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data do respectivo aporte, por meio de carta ou correio eletrônico dirigido para os subscritores, conforme as informações constantes no boletim de subscrição e no compromisso de investimento. No ato da integralização das Cotas subscritas, o investidor receberá comprovante de pagamento referente às Cotas subscritas, que será devidamente autenticado pela **ADMINISTRADORA** ou pela instituição custodiante e deverá conter o valor transferido ao **FUNDO** e a quantidade de Cotas subscritas efetivamente integralizadas pelo investidor em questão. A integralização de cotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de débito em conta corrente, de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.”*

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 3) Alteração do § 3º do artigo 21, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passará a ter a seguinte redação:

*“§ 3º - A contratação de partes ligadas à **ADMINISTRADORA**, à Gestora e ao consultor especializado para o exercício das seguintes funções deve ser submetida à aprovação prévia da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM 472: (i) consultoria especializada; (ii) formador de mercado para as cotas do fundo; e (iii)*

empresa especializada para administrar as locações ou arrendamentos de empreendimentos integrantes da carteira do FUNDO, a exploração do direito de superfície, monitorar e acompanhar projetos e a comercialização dos respectivos imóveis e consolidar dados econômicos e financeiros selecionados das companhias investidas para fins de monitoramento, conforme o caso.

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 4) Alteração do inciso XIII, art. 24, do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações passara a ter a seguinte redação:

“XIII. realizar operações com derivativos, com exceção da hipótese prevista no § 4º do artigo 4º deste Regulamento; e”

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 5) Alteração do artigo 28 do Regulamento do Fundo, o qual, com as devidas alterações, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 28 - A Gestora exercerá o direito de voto decorrente dos ativos integrantes do patrimônio do **FUNDO, na qualidade de representante**

*deste, observado o § 1º do artigo 23 deste Regulamento, norteado pela lealdade em relação aos interesses dos Cotistas e do **FUNDO**, empregando, na defesa dos direitos dos Cotistas, todo o cuidado e a diligência exigidos pelas circunstâncias conforme sua política de voto.”*

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 6) Ajustes formais nos artigos 32 e 66, os quais passarão a vigorar, com as devidas correções, nos termos da nova versão do Regulamento disponibilizada aos cotistas:

Voto:

SIM, aprovo

NÃO, não aprovo;

Abstenho-me de votar.

Abstenho-me de votar, *por estar em situação de conflito de interesses*, nos termos da regulamentação aplicável

- 7) A autorização para que o Fundo adquira/resgate cotas de fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora ou pela Nova Gestora, assim como por sociedades do grupo econômico da Administradora ou da Nova Gestora, exclusivamente para fins de gestão de caixa e liquidez do Fundo, situação essa que caracteriza potencial conflito de interesses, nos termos do Art. 18, inciso XII, e do Art. 34, ambos da Instrução CVM 472, observadas as demais disposições do regulamento do Fundo e da regulamentação aplicável.

- SIM, aprovo** a deliberação;
- NÃO, não aprovo** a deliberação;
- Abstenho-me de votar.
- Abstenho-me de votar, **por estar em situação de conflito de interesses**, nos termos da regulamentação aplicável

8) Aquisição/venda de ativos financeiros e valores mobiliários que tenham como contraparte veículos de investimento administrados pela Administradora e/ou geridos pela Nova Gestora, assim como por sociedades do grupo econômico da Administradora ou da Nova Gestora.

Voto:

- SIM, aprovo**
- NÃO, não aprovo;**
- Abstenho-me de votar.**
- Abstenho-me de votar, **por estar em situação de conflito de interesses**, nos termos da regulamentação aplicável

9) Aquisição/vendas de cotas de FII administrados pela Administradora e/ou geridos pela Nova Gestora, desde que atendam os critérios especificados abaixo:

O Fundo não poderá deter mais do que 95% (noventa e cinco por cento) do patrimônio líquido investido em FII conflitados, considerando, ainda, o limite máximo por emissor de 95% (noventa e cinco por cento) para cada FII conflitado a ser eventualmente investido, o qual ficará sobre controle da Nova Gestora.

- SIM, aprovo** a deliberação;

- NÃO, não aprovo** a deliberação;
- Abstenho-me de votar.
- Abstenho-me de votar, ***por estar em situação de conflito de interesses***, nos termos da regulamentação aplicável

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Nome do Cotista:

CPF/CNPJ: